

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CUMPRIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS CONSTRITIVAS E COERCITIVAS - PEOJ

Competência: Processamento

Conhecimentos relacionados: Procedimentos em Cumprimento de Mandados

Objetivo Geral

Proporcionar aos participantes o desenvolvimento de habilidades específicas referentes ao cumprimento das principais ordens judiciais constritivas e coercitivas objetivando a melhoria contínua no exercício da função de Oficial de Justiça Avaliador.

Objetivos Específicos

- Promover o alinhamento e o compromisso com os objetivos e metas estratégicos e operacionais do TJERJ e desenvolver uma compreensão sistêmica do objetivo da função do OJA.
- Desenvolver o conhecimento da legislação pertinente ao cumprimento de ordens judiciais complexas: restritivas do patrimônio, que afetem a liberdade ou de cunho protetivo.
- Promover a sistematização e a padronização de procedimentos, de cumprimentos, ordens judiciais constritivas, relativas à liberdade individual ou de caráter protetivo.
- Promover a troca de experiência como facilitadora da identificação de problemas que dificultam o cumprimento eficaz dos mandados no tempo adequado à sua natureza, buscando possíveis causas.
- Desenvolver o comprometimento pessoal com o resultado do trabalho e sua avaliação. Estimular atitude ética pessoal e profissional alinhada com os valores do PJERJ e com os princípios constitucionais.
- Desenvolver uma postura comportamental padronizada e adequada à função e à natureza de cada diligência e ao desenvolvimento de caminhos de flexibilização necessários à situação concreta.
- Ampliar o conhecimento sobre a utilização de procedimentos prévios ao cumprimento efetivo da diligência e à cooperação de outros agentes públicos.

Metodologia

Aulas expositivas, material de leitura, estudo de casos e recursos audiovisuais.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Conteúdo Programático

- Revisão da legislação relacionada à execução das ordens judiciais complexas restritivas do patrimônio ou que afetem a liberdade, com efeito constrictivo, coercitivo ou protetivo.
- Capacitação sobre ordens judiciais de cumprimento complexo:
 - ✓ Ordens que envolvem constrição patrimonial;
 - ✓ Ordens relacionadas à liberdade individual;
 - ✓ Ordens de cunho protetivo.
- Limites e cautelas legais observáveis.
- Acompanhamento das diligências:
 - ✓ Partes;
 - ✓ Serventuários da Justiça: comissários e outros;
 - ✓ Outros órgãos públicos: reforço policial, requisição de bombeiro e outros.
- Medidas constrictivas ou de repercussão preponderantemente patrimonial:
 - ✓ Penhora, arresto, sequestro e arrolamento;
 - ✓ Depósito, entrega, adjudicação e remoção de bens;
 - ✓ Despejo, Imissão e Reintegração.
- Medidas coercitivas limitadoras das liberdades:
 - ✓ Condução;
 - ✓ Prisão criminal e cível.
- Busca e apreensão de: criança e adolescente, animais, coisas, informações, armas e veículos.
- Medidas Protetivas:
 - ✓ Remoção de idosos;
 - ✓ Internação de crianças vítimas de violência;
 - ✓ Afastamento do lar;
 - ✓ Recondução de vítimas de violência ao lar.

Avaliação

Verificação de aprendizagem escrita aplicada no final do curso.

Legislação Aplicada

- Constituição da República Federativa do Brasil com Emendas Constitucionais.
- Código de Processo Civil.
- Código de Processo Penal.
- Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – CNCJGJ.

Carga horária

12 horas

Atualização: 10/04/2017	Revisão: 01
-------------------------	-------------